

LEI Nº 384/2006

AUTORIZA A CONCESSÃO DE CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS , SUBVENÇÕES SOCIAIS E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O povo do Município de Riachinho – MG, por seus representantes aprova e eu sanciono a seguinte Lei.

Artigo 1º - Com base nas consignações orçamentárias do Município e respectivos créditos adicionais autorizados, fica o Executivo Municipal autorizado a conceder contribuições financeiras às entidades abaixo relacionadas:

- Plano Estadual Assistência Farmácia Básica
- AMNOR – Associação dos Município da Micro Região do Noroeste de Minas
- CNM – Confederação Nacional dos Municípios
- AMM – Associação Mineira dos Municípios
- Emater – MG
- Consad – Conselho Alimentação
- Secretaria de Segurança Pública de MG
- Polícia Militar do Estado de Minas Gerais

Artigo 2º - Com base nas consignações orçamentárias do Município e respectivos créditos adicionais autorizados, fica o Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção social às entidades abaixo relacionadas:

- Pastoral da Criança de Riachinho – MG
- APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Riachinho-MG

Artigo 3º - É vedada a concessão de contribuição financeira a qualquer título a empresas de fins lucrativos, salvo se tratar de contribuição cuja autorização seja expressa em lei.

Artigo 4º - Fundamentalmente e nos limites das possibilidades do Município, a concessão de contribuições visará a prestação de serviços essenciais de assistência social, médica, hospitalar, educacional e cultural, o fomento de atividades econômicas típica do Município objetivando a modernização e melhoria da qualidade de vida dos munícipes, além de geração de emprego e renda.

Artigo 5º - O valor das contribuições sempre que possível, será calculado com base em unidade de serviços efetivamente prestados ou postos à disposição dos interessados, obedecendo os padrões mínimos de eficiência previamente fixadas por autoridades competentes.

Artigo 6º - Somente as instituições cujas condições de funcionamento foram julgadas satisfatórias, a critério da Administração Municipal, serão concedidos os benefícios desta Lei.

Artigo 7º - As liberações dos recursos destinados às contribuições sociais, somente poderão ser executados mediante provas de funcionamento das entidades, apresentação do plano de trabalho e aplicação de recursos e assinatura de convênio.

Artigo 8º - Fica o Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio moradia, auxílio transporte, auxílios de assistência médica, hospitalar e auxílios medicamentos a indigentes, desvalidos, famílias carentes até o limite das dotações orçamentárias e créditos adicionais, observados os critérios de concessão do Departamento de Assistência Social.

Esta Lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2007, revogadas todas disposições em contrário.

Riachinho (MG), 28 de Dezembro de 2006

VALMIR GONTIJO FERREIRA
Prefeito Municipal

Registrado, Publicado e arquivado na forma da Lei – Riachinho data supra

João de Moraes Pessoa Neto
Diretor Departamento de Administração